

A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E TAMARANA-PR

Sergio Aparecido Nabarro¹

Resumo

Criado pelo Banco Mundial, no bojo das políticas neoliberais de ajuste estrutural, e adotado pelo Estado brasileiro na década de 1990, o modelo de reforma agrária de mercado representa uma tentativa de contensão das tensões sociais no campo por meio da desmobilização dos movimentos sociais de luta pela terra. No entanto, os desdobramentos nocivos dessas ações políticas vão além. A implementação desse modelo, dito de “reforma agrária”, representa ainda: a expansão do capital financeiro no campo; o “aquecimento” do mercado de terras e da especulação; inaugura uma nova modalidade de recriação do campesinato, protagonizada pelo mercado; e cria um conflito entre a lógica capitalista de propriedade privada da terra e a concepção de terra de trabalho, na visão camponesa. A presente pesquisa visa analisar a inserção do modelo de reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana, localizados na região Norte do estado do Paraná, por meio da análise da produção do espaço agrário dos referidos municípios que favoreceu a penetração do modelo; da avaliação das políticas de desenvolvimento rural propostas pelo Banco Mundial e adotadas pelo Estado brasileiro; e, por meio da análise de elementos, como: sujeição da renda camponesa da terra ao capital, reprodução social e material das famílias assentadas e conflitos existentes no interior das diferentes formas de sociabilidade dos camponeses, verificamos a inviabilidade dos assentamentos rurais criados a partir dos programas de reforma agrária de mercado, pautados na ótica neoliberal de desenvolvimento rural do Banco Mundial.

Palavras-chave: Reforma agrária de mercado, Banco Mundial, Estado, Movimentos sociais de luta pela terra, Assentamentos rurais.

¹ Geógrafo e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP_ sergionabarro@usp.br

Introdução

Nos últimos vinte anos, a luta pela terra no Brasil, capitaneada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem se intensificado em busca da realização da reforma agrária, tendo em vista que as ações do Estado não corresponderam às expectativas dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo pelo não cumprimento das metas estipuladas pelos planos nacionais de reforma agrária. Além disso, na década de 1990, o Estado brasileiro se alia ao Banco Mundial, adotando a visão neoliberal para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. É justamente nesse contexto que está inserida a nossa pesquisa. Estudamos a tríade Estado – Movimentos Sociais de Luta pela Terra – Banco Mundial, ou seja, o modelo de reforma agrária de mercado, uma maneira de fazer “reforma agrária” que culmina no pagamento da terra aos latifundiários e no endividamento dos camponeses. Portanto, o princípio deste modelo dito de “reforma agrária” é o abandono do instrumento de desapropriação e a subordinação dos camponeses ao capital financeiro promovido pela ideologia neoliberal, ou seja, no modelo de “reforma agrária”, proposto pelo Banco Mundial, “o mercado atua como mediador e controlador do acesso à terra determinado pelas regras e oferta e procura” (SANTOS, 2005, p. 53).

É importante destacar que além de propagar o neoliberalismo, o Banco Mundial, bem como toda instituição financeira, enxerga a concessão de crédito como uma espécie de solucionador de todos os problemas econômicos e sociais existentes, ou seja, os problemas na agricultura, saúde, educação e no meio ambiente, serão solucionados pela liberação de crédito.

Especificamente sobre os projetos de desenvolvimento rural, existem atualmente 14 projetos ativos no Brasil, 8 em nível estadual, todos da região Nordeste, e 6 em nível nacional, incluindo o Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa que representa a continuidade da política denominada “Novo Mundo Rural”, criada no governo Fernando Henrique Cardoso, responsável pela criação do Banco da Terra.

Ao renovar a parceria entre Brasil e Banco Mundial por mais quatro anos e eleger o modelo de reforma agrária de mercado como o mais adequado para a promoção do desenvolvimento social no campo, o governo Lula reafirma o seu descomprometimento com a reforma agrária, pois deixa “nas mãos” do mercado a responsabilidade da realização da reforma agrária, mesmo seu governo contando com

um bem elaborado Plano Nacional de Reforma Agrária. A justificativa para a adoção do modelo de “reforma agrária” do Banco Mundial é que o modelo de reforma agrária tradicional se mostrou ineficiente e custoso.

Por meio do modelo de reforma agrária de mercado, foram criados muitos assentamentos em quase todos os estados da federação, inclusive em regiões onde é sabido que há terras com título de propriedade irregular e improdutivas, portanto passíveis de desapropriação, como é o caso de algumas áreas dos municípios de Londrina e Tamarana, localizados na região Norte do estado do Paraná.

Os municípios de Londrina e Tamarana foram escolhidos como área da pesquisa, pois, reúnem características históricas, físicas, sociais e políticas, que fizeram dos dois os maiores detentores de assentamentos rurais criados por meio de programas de reforma agrária de mercado do estado do Paraná, ou seja, esta área representa, segundo o poder público, o “sucesso” dos programas de desenvolvimento rural respaldados financeira e ideologicamente pelo Banco Mundial.

Os Assentamentos Rurais Estudados

Entendemos a criação de assentamentos rurais como o ponto de partida, no sentido de modificar a distribuição da riqueza, e não como o ponto de chegada. Leite *et alii* (2004, p. 257) argumenta que,

A passagem para a condição de assentado dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserido.

No entanto, esse “novo lugar social” significa o início de uma nova luta, agora não mais pela conquista da terra, mas para a permanência nela (NABARRO *et al.*, 2006, p. 4). A criação de um assentamento é o ponto de partida de demandas importantes que influenciam diretamente na produção do espaço, como: construção de estradas, escolas e postos de saúde, instalação de iluminação pública, novas linhas de transporte coletivo na área rural e a contratação de profissionais diversos (professores, médicos, enfermeiros, motoristas etc.). Além disso,

A criação do assentamento impõe novas formas organizativas, muitas vezes implica no rearranjo espacial de famílias, provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo

desconhecidas, reativando laços de solidariedade, desfazendo outros, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 20).

A criação de um assentamento promove ainda a dinamização do comércio local, uma maior variedade de alimentos para a população urbana e rural local ou, ainda, reativa antigas formas de comercialização, como, por exemplo, a venda de produtos em feiras livres.

No entanto, a criação destes assentamentos rurais via programas de reforma agrária de mercado significa na realidade uma resposta do Estado brasileiro frente às constantes ações dos movimentos sociais de luta pela terra. De acordo com Leite *et alii* (2004, p. 258), a intensidade da luta por terra, a magnitude dos conflitos sociais que brotam em torno dela, a adoção pelos movimentos sociais de formas de luta que se revelaram eficazes – como as ocupações coletivas e públicas de terra, e sua concentração em determinadas regiões, em vários casos áreas onde os sistemas produtivos das grandes propriedades encontravam-se em crise – acabaram por forçar uma ação desapropriatória do Estado, que culminou na criação de vários assentamentos num mesmo município ou em municípios próximos. Entretanto, além de forçar desapropriações, as ocupações provocaram uma reação por parte do Estado, ou seja, a criação da política conhecida como “Novo Mundo Rural”, que culminou na adoção do modelo de reforma agrária de mercado e na criminalização dos movimentos sociais, sobretudo o MST. E, ao passar a responsabilidade pela implantação dos assentamentos para estados e municípios, conforme prega esse modelo de “reforma agrária”, o governo federal teve por objetivo fragmentar a luta pela terra no Brasil, pois acreditavam que, desta maneira, ela seria melhor combatida, já que o objetivo central era a desmobilização do MST.

De acordo com dados obtidos em órgãos públicos e em entrevistas com líderes comunitários, atualmente os municípios de Londrina e Tamarana, somados, possuem 8 assentamentos rurais oriundos de programas de reforma agrária de mercado, 11 assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de ações do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e 6 Vilas Rurais², totalizando aproximadamente 876 famílias, ou 4.383

² O Programa Vilas Rurais foi implantado apenas no estado do Paraná na gestão do governador Jaime Lerner. O programa teve o Banco Mundial como agente financeiro e vigorou entre 1995 e 2002. Consistia basicamente no assentamento de uma família numa área de 0,5 hectares. A área era destinada a

moradores, ocupando uma área aproximada de 8.100 hectares. Os municípios contam ainda com dois processos para aquisição de terras, via modelo de reforma agrária de mercado, pelo qual serão “beneficiadas” 120 famílias. Contam ainda com duas áreas de acampamentos com aproximadamente 400 famílias aguardando ser assentadas.

Selecionamos, para esta pesquisa, estudar os quatro assentamentos mais antigos (tabela 01), dos oito existentes nos municípios de Londrina e Tamarana, criados a partir de programas de reforma agrária de mercado. Partimos do pressuposto de que, para estudar um modelo de “reforma agrária” por meio da análise da viabilidade dos assentamentos criados por este modelo, não poderíamos tomar como referência assentamentos recém criados e que ainda estão passando pelo período de consolidação que, segundo os técnicos e agrônomos entrevistados é em média de três anos. Este período também é o prazo concedido pela instituição que financiou a terra, no caso o Banco do Brasil, para que se inicie o pagamento da terra, fase mais complexa no que se refere às análises da reprodução social e material dos assentados. Além disso, verificamos que o processo de aquisição da terra e os trâmites político-administrativos foram iguais em todos os oito assentamentos.

Dos quatro assentamentos criados via reforma agrária de mercado selecionados, dois estão localizados no município de Londrina e dois em Tamarana, um com contrato de financiamento da terra coletivo e outro individual, em cada um dos municípios, pois um dos pontos mais discutidos no âmbito local, que se refere diretamente ao debate da viabilidade econômica e social dos assentamentos, é a forma de financiamento da terra. As famílias residentes nos assentamentos com dívida coletiva acreditam que a solução para regularizar o pagamento da terra é a individualização dos contratos de financiamento da mesma.

construção de uma casa de alvenaria, normalmente de 44m², e o restante era destinado à horta da família. (PONTE, 2004).

Tabela 01 – Assentamentos Pesquisados

Município de Localização	Nome do Assentamento	Ano de Criação	Número de Famílias	Número de Famílias Entrevistadas na pesquisa	Área Total (ha)	Área por Família (ha)	Forma de Aquisição da Terra / Contrato
Londrina	Rei do Alface	2001	6	3	27,83	4,63	Compra e venda (dívida individual)
Londrina	Akolá	2001	42	20	458,6	10,91	Compra e venda (dívida coletiva)
Tamarana	Esperança	2001	8	4	82	10,25	Compra e venda (dívida individual)
Tamarana	Renascer I	2002	22	8	100,8	4,58	Compra e venda (dívida coletiva)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009 / 2010.

É importante destacar que as condições físicas (solo, declividade etc), econômicas e políticas entre os assentamentos são bem distintas, é por esse motivo que não optamos apenas em estudar um único município.

Viabilidade dos Assentamentos e a Sujeição da Renda Camponesa da Terra ao Capital

Os problemas estruturais da política de desenvolvimento rural do Banco Mundial refletiu diretamente na atuação dos programas de reforma agrária de mercado no que se refere à criação dos assentamentos. A nova política direcionada ao setor rural, lançada em março de 1999, pelo governo FHC, conhecida como “Novo Mundo Rural” e que teve continuidade no governo Lula, transferiu a responsabilidade da realização da reforma agrária para os estados e principalmente para os municípios. Isso significa dizer que coube às oligarquias locais a implantação e administração dos programas de reforma agrária de mercado.

Logo no início, os assentamentos apresentaram problemas graves, como, por exemplo, solos inapropriados para agricultura, dívidas impagáveis e estudos de viabilidade agrícola equivocados.

No assentamento Renascer I, duas famílias que assumiram o financiamento da terra não puderam ser assentadas pois, na elaboração do projeto de divisão dos lotes da propriedade, a legislação ambiental não foi estudada. Outro grave problema está relacionado ao assentamento Akolá. Além de não ter tido autonomia para escolher a terra que seria adquirida via Banco da Terra, os camponeses não tinham autonomia nem para a escolha dos cultivos nos lotes. Para a aprovação do financiamento da terra pelo Banco do Brasil, é necessário um laudo apontando o que seria cultivado nos lotes e qual seria o ganho anual médio das famílias para a verificação da possibilidade de pagamento da terra. O problema é que a EMATER elaborou um laudo apontando que no assentamento Akolá a cultura cafeeira seria a mais rentável. No entanto, o laudo não previa a ocorrência das constantes geadas, muito comum no inverno da região Norte do Paraná, que afetam os cafezais e que historicamente inviabilizaram a cultura cafeeira. Como alguns camponeses já possuíam esse conhecimento, optaram por trabalhar inicialmente com a horticultura, mas a maioria resolveu cumprir as orientações dos laudos.

Quem optou pela cafeicultura perdeu todo o investimento em menos de dois anos, conforme depoimento de um assentado.

Quando a geada levou todo o meu café, se não fosse o milho e a mandioca que eu tinha plantada perto da minha casa, eu não sei como eu ia fazer. Teve gente aqui que não tinha nada no lote a não ser café, daí tiveram que procurar serviço em outros lugares aqui mesmo na redondeza. Agora todo mundo sabe que tem que variar as culturas porque é só assim que a gente tem uma segurança, que não é muito segura, mas é. (Entrevista com Sr. Eloir, realizada, por Sérgio Aparecido Nabarro, em 18/03/2010).

Por se tratar de um assentamento coletivo, o crédito só é concedido para projetos ou benfeitorias em mais de um lote. No Akolá, o Pronaf foi liberado inicialmente para dois projetos. O primeiro para os lotes destinados à horticultura, para aquisição de equipamentos de irrigação, e o segundo, liberado para os lotes destinados à cafeicultura, para a aquisição das mudas para iniciar a produção, que foi devastada pela geada em menos de dois anos depois, obrigando os camponeses a migrarem para a horticultura, mas sem equipamentos de irrigação, fundamental para a produtividade na horticultura. Esse problema, iniciado com a elaboração de um laudo equivocado, culminou na baixa produtividade e no inferior ganho em relação aos lotes irrigados. A falta de ganhos

inviabiliza os lotes e, se generalizado, inviabiliza todo o assentamento, pois está diretamente relacionado à reprodução social e material das famílias.

Todos esses fatos revelam que, nos assentamentos criados por meio de programas de reforma agrária de mercado, os caminhos de desafios impostos às famílias assentadas são ainda maiores que aqueles colocados para assentamentos criados por meio da reforma agrária tradicional. Revelam ainda que a autonomia camponesa sofre constantes tentativas de cerceamento, tendo em vista que mesmo o camponês tendo a terra e utilizando mão-de-obra familiar, ele acaba por estar subordinado ao capital financeiro que somente aprova o financiamento da terra mediante laudos que apontam os cultivos que serão desenvolvidos nos lotes. Na elaboração destes laudos, não são levados em conta importantes critérios, como, por exemplo, a experiência dos camponeses.

De acordo com Woortmann (1990, p. 48), os problemas dos projetos de assistência técnica (também chamados de projetos de extensão rural) se iniciam no momento em que se considera o saber camponês como um “não-saber”. No ato da criação de um projeto de extensão, ou de um projeto de assentamento, a lógica econômica se sobrepõe a lógica e a moral camponesa, fato que cria um conflito logo de início. “O conflito entre a racionalidade do projeto e a moralidade camponesa explica porque a permanência dos projetos são, geralmente, de apenas alguns anos” (WOORTMANN, 1990, p. 49). Portanto, ao entenderem o conhecimento camponês como não-conhecimento os projetos extensionistas estabelecem uma imposição da ordem econômica moderna em sobreposição à ordem moral camponesa.

Sobre a relação entre os técnicos/extensionistas e os camponeses, Freire (1977, p. 16) afirma que ela possui caráter pedagógico e, portanto, de uma troca de conhecimentos, o que pressupõe o respeito aos conhecimentos prévios das partes envolvidas nessa relação. Paulo Freire questiona portanto a denominação dada aos técnicos agrícolas de “extensionistas” e os projetos de desenvolvimento rural de “projetos de extensão rural”, tendo em vista que o termo extensão pressupõe a dominação de um sujeito sobre o outro por meio da imposição do conhecimento científico sobre o conhecimento adquirido no decorrer de sua vida.

Os projetos de desenvolvimento rural e o trabalho dos técnicos agrícolas precisam estar pautados na educação e não na extensão, portanto, na troca de conhecimentos e na domesticação ou na imposição de idéias.

O objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus conhecimentos, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. (...). Na medida em que os camponeses substituam formas empíricas de tratar a terra por outras (as da ciência aplicada, que são as formas técnicas) necessariamente esta mudança de qualidade no processo de enfrentamento da realidade provocará a mudança, igualmente, de seus resultados, ainda que não em termos automáticos. (FREIRE, 1977, p. 24-25)

Um outro importante problema na fase inicial dos assentamentos, mais especificamente ligado ao Renascer I, está relacionado às mudanças na planta dos lotes. A planta elaborada por técnicos, dividindo a propriedade em 24 lotes, e que foi encaminhada ao Banco do Brasil para aprovação do financiamento da terra, não corresponde à planta real.

Todos os problemas iniciais refletiram diretamente na consolidação das famílias nos lotes. No entanto, após todos os desafios impostos no decorrer da formação dos assentamentos criados a partir de programas de reforma agrária de mercado, é necessário enfrentar o maior deles: o pagamento da dívida com o banco, referente ao financiamento da terra e ao PRONAF.

Mesmo o prazo de carência sendo de três anos para começar o pagamento, as dificuldades iniciais fizeram com que as famílias demorassem ainda mais para se consolidarem nos lotes. As dificuldades e os desacordos em relação à implantação da primeira forma de cultivo foram significativos para essa demora, pois o laudo técnico não respeitou os conhecimentos e experiências das famílias camponesas. Respeitou apenas o critério de cultura mais rentável no momento da elaboração do laudo, que não necessariamente seria a mais rentável no momento em que as famílias fossem comercializar sua produção, tendo em vista que, da elaboração do laudo até a liberação da propriedade decorre em média um ano, muito tempo no que se refere a variações nos preços das mercadorias na CEASA. O que pode ser verificado em campo foi que os ganhos obtidos após o terceiro ano de carência, em três dos quatro assentamentos pesquisados, incompatíveis com os valores que deveriam ser pagos ao Banco. A tabela 02 explicita os valores dos contratos de financiamento da terra e do Pronaf e mostra

claramente a incompatibilidade entre o valor das parcelas em relação ao ganho das famílias.

Dos quatro contratos de financiamento da terra, o único que não foi intermediado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana foi o do Assentamento Rei do Alface, único assentamento estudado que podemos afirmar ser

Assentamento	Preço da Terra (R\$)	Área Total (ha)	Preço por lote (R\$)	Área de cada lote (ha)	Preço pago por Hectare (R\$)	PRONAF (moradia e início da produção)	Valor Anual da Parcela por lote (R\$)	Renda Líquida Média Anual (R\$)
Fazenda Akolá	1.600.000,00	458,60	40.000,00	10,91	3.489,00	20.000,00	5.800,00	7.200,00
Rei do Alface	180.000,00	27,83	30.000,00	4,63	6.468,00	-	2.900,00	24.000,00
Esperança	284.640,00	82,00	35.580,00	10,25	3.471,00	20.000,00	3.000,00	4.800,00
Renascer I	759.000,00	100,80	34.500,00	4,58	7.530,00	20.000,00	3.100,00	5.600,00

viável. Todos os outros apresentam graves problemas no que se refere à má qualidade do solo, tamanho dos lotes e superfaturamento no preço da terra.

Tabela 02 – Valores dos Contratos e Áreas Adquiridas

Fonte: Pesquisa de Campo 2009-2010.

Obs: as famílias assentadas no Rei do Alface não aderiram ao PRONAF, pois possuíam outras terras que foram vendidas para que o dinheiro fosse investido no lote.

O assentamento Rei do Alface está localizado numa área que, além de apresentar ótima infra-estrutura, possui como composição do solo a Terra Roxa Estruturada Eutrófica A que tem como principais características: alto grau de fertilidade natural, alto potencial de resposta a adubações e grande quantidade de minerais. Já o assentamento Renascer I está localizado numa área deficitária em infra-estrutura que apresenta em sua composição pedológica o solo Litólico Eutrófico A, cujas características principais são: baixa fertilidade natural, muito arenoso, apresentando muitas rochas, chamado pelos camponeses de “solo predregozo”, característico de áreas com declividade acentuada, o que o torna não indicado para a agricultura, apenas para pastagem. Curiosamente, mesmo com praticamente as mesmas benfeitorias, mas com localização e qualidade tão distintas apresentaram os preços do hectare aproximados, um indício claro de superfaturamento.

Outra evidência é visualizada se compararmos o preço pago no hectare pelos camponeses do Renascer I e do Esperança, localizados em áreas muito próximas um do outro, mas o preço do hectare pago pelos camponeses do Esperança é menos da metade do pago pelos camponeses do Renascer I.

Outra constatação importante, que aponta a inviabilidade dos assentamentos, está relacionada ao ganho anual em comparação com o valor anual da parcela a ser paga. Juridicamente, as instituições financeiras podem liberar empréstimos que comprometam no máximo 30% da renda do solicitante, no entanto, em três dos quatro assentamentos pesquisados, o valor da parcela ultrapassa esse limite de 30%, o que inviabiliza o pagamento da terra. Verificamos que o índice de inadimplência é de 90%. Há que se destacar ainda a área dos lotes dos assentamentos pesquisados em relação à área do módulo fiscal em Londrina e Tamarana que é de 12 hectares. Nenhum dos assentamentos pesquisados apresentaram lotes com área igual ou maior que o módulo fiscal.

Além de todos os problemas e desafios impostos aos camponeses, esses sujeitos ainda enfrentam a subordinação às leis do capital por meio da sujeição da renda camponesa da terra. Segundo Bombardi (2004, p. 249), “os camponeses estão não só sujeitos às intempéries da natureza, como também, e sobretudo, às determinações do mercado. Sua relação com o mercado se faz de forma subordinada”.

Martins (1990, p. 160-161) explica que:

A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra.

Não há dúvidas de que a criação de um assentamento, sobretudo aqueles formados a partir de programas de reforma agrária de mercado, ou seja, sob a égide do capital financeiro, evidencia a recriação contraditória do campesinato pelo capital. No

entanto, o próprio capital, por meio da (re)criação de relações não-capitalistas em sua expansão, impõe aos camponeses suas regras, o que ocorre por meio da sujeição da renda camponesa da terra.

(...), a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada ou pelo capital financeiro, em função de empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao seu produto. (OLIVEIRA, 1982, p. 182).

Verificamos nos assentamentos pesquisados que há uma sujeição da renda camponesa da terra ao capital. Nos casos estudados essa sujeição ocorre ao mesmo tempo com os capitais industrial, comercial e financeiro. Percebemos, portanto, que a racionalidade da produção camponesa, pautada no trabalho familiar, não se configura exclusivamente pelo auto-consumo, mas sim para a geração de renda que, por sua vez, é fundamental para a reprodução social e material das famílias camponesas. Esse fato é o que Chayanov (1981) classifica como “economia camponesa”. Segundo esse autor, os camponeses têm uma maneira peculiar de vida e de produção, ou seja, possuem a capacidade de mudança, ou até mesmo de contrapor a tendências defendidas por teóricos que acreditam no seu desaparecimento em virtude da expansão das relações capitalistas no campo.

Portanto, mesmo o camponês não sendo um trabalhador formal do capital, a renda camponesa, gerada pela propriedade da terra, é apropriada por meio das três faces do capital: comercial, industrial e financeiro. Segundo Bombardi (2004, p. 253), “a renda da terra camponesa é sugada nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial”. No caso específico dos assentamentos pesquisados, é possível claramente enxergar que a renda camponesa da terra é sugada, também, e sobretudo, pelo capital financeiro, por meio do pagamento dos altos valores das parcelas do financiamento da terra e do PRONAF. Essa realidade, representada pelo grau de subordinação ao capital, revela que é quase impossível que os camponeses efetuem o pagamento de suas dívidas com o Banco do Brasil.

Em todos os lotes pesquisados verificamos que para produzir são comprados insumos, sementes, entre outros produtos industrializados. Ocorre que os preços destes

produtos sofrem aumentos constantes, o que eleva o preço da produção. O problema é que se a indústria de insumos determina o preço de seus produtos (que é repassado para os produtores pelos estabelecimentos comerciais que vendem os produtos) isso não ocorre com os camponeses no ato da comercialização da sua produção, ou seja, os camponeses estão sujeitos aos preços do mercado. Nessa relação é possível identificar primeiramente a subordinação da renda camponesa da terra ao capital industrial e, posteriormente, no ato da comercialização a subordinação ao capital comercial. Os camponeses entrevistados têm a consciência dessa relação desigual.

Toda vez que eu vou lá [na loja de insumos] o preço nunca é o mesmo, sempre subiu. O dono fala que já comprou com aumento, mas eu não sei não. O problema é que fica mais caro pra plantar e depois lá no CEASA eles falam o preço e agente vende porque não pode voltar para traz com o caminhão cheio porque se não a gente não consegue pagar nem o frete para quem levou as verduras. (entrevista com Sr. Antônio, do assentamento Fazenda Akolá, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro em: 07/08/2010).

No assentamento Fazenda Akolá, um dos produtos mais cultivados atualmente é o cará³. De acordo com nossos levantamentos, o custo médio para produção do cará é de aproximadamente R\$ 810,00 por hectare. Essa área plantada rende cerca de 19 toneladas de cará. Atualmente está sendo pago aproximadamente R\$ 0,38 o quilo. O ganho bruto é de aproximadamente 7.220,00. descontando o preço da produção o ganho é de R\$ 6.410,00. É com esse valor, que não é mensal, tendo em vista que a produção do cará é de em média duas vezes ao ano, que são pagas as contas fixas (água, energia elétrica e telefone), feito a compra mensal nas redes supermercadistas entre outros gastos com calçados, vestuário etc. Nessa perspectiva fica impossível efetuar o pagamento da terra, que no caso do assentamento Fazenda Akolá é de R\$ 5.800,00 por ano mais o valor da parcela do Pronaf (R\$ 900,00 por ano).

Segundo os entrevistados, se na formação do assentamento todos os mutuários plantassem o que plantam hoje e tivessem usado o dinheiro, que foi investido no plantio de café, em projetos de irrigação as terras teriam uma produtividade maior.

³ De acordo com os camponeses entrevistados o cará atualmente está com preço bom e do cará se aproveita tudo, até os ramos do cará são vendidos na Ceasa para aumentar a renda.

Não foram todos que conseguiram colocar os sistemas de irrigação nos lotes. O cará irrigado produz perto de 23 toneladas por hectare, sem irrigação fica em 19 toneladas no máximo. (Entrevista com Sr. Antônio, do assentamento Fazenda Akolá, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro em: 07/08/2010).

Vale destacar que o exemplo do cará se repete com as demais culturas (frutas, verduras, legumes), e não só no Akolá, mas em todos os outros assentamentos pesquisados.

Na maioria dos lotes, a horticultura é a atividade predominante, no entanto há lotes, sobretudo do assentamento Renascer I, em que as famílias desenvolvem a pecuária leiteira, no sistema de integração.

Assim como na agricultura, na pecuária a renda camponesa também está sujeita aos desmandes do capital, nesse caso o industrial.

Conclui-se que o capital ao (re)criar o campesinato, tem por objetivo subtrair desta classe a renda da terra. Para essa subtração são adotadas pelas distintas faces do capital estratégias que visam a incorporação dos camponeses nos sistemas dominantes como é o caso do sistema de integração.

A comercialização direta, seja com atravessadores, seja nas indústrias e, por fim, a venda intermediada pelas cooperativas, garante aos camponeses uma autonomia maior que o sistema de integração, no que tange à organização interna dos sítios e na decisão de como, quando e o quê cultivar. Por outro lado, o preço dessa autonomia é o risco da não inserção das colheitas no mercado. Quanto à integração, a interferência das indústrias na ordenação interna dos sítios é pronunciada, já que são essas que determinam os padrões, quantidades e prazos a serem observados na produção para posterior entrega nos entrepostos de processamento industrial. (PAULINO, 2004, p. 8).

No caso da pecuária leiteira a racionalidade é a mesma da horticultura, ou seja, os custos para manter o rebanho aumentam constantemente. No entanto, ao comercializar a produção o camponês tem de se sujeitar aos preços impostos pelas indústrias que fazem o processamento do leite.

Como já dissemos anteriormente, não são apenas duas faces do capital (comercial e industrial) que sugam a renda camponesa da terra. Os camponeses estão

sujeitos ainda às imposições do capital financeiro, por meio dos empréstimos e financiamentos bancários. No caso específico dos assentamentos criados por meio de programas de reforma agrária de mercado, pautados visão neoliberal de desenvolvimento rural do Banco Mundial, além do Pronaf a renda das famílias é sugada por meio do pagamentos das parcelas anuais referentes ao financiamento da terra.

O poder de reinvenção do capital, com o objetivo sugar parte da renda camponesa da terra gerada, é tamanho que, frente à situação de inviabilidade do pagamento do financiamento da terra por parte dos assentados, foi criada uma nova maneira de espoliar a renda. O Banco do Brasil, ao perceber que as parcelas anuais não eram pagas por 90% das famílias assentadas, criou uma forma de negociação em que as famílias pagam apenas o valor dos juros, ou seja, aproximadamente 10% do valor da parcela. Então, para uma parcela de R\$ 5.800,00 anuais, a família arca com o pagamento de apenas R\$580,00 para que o seu nome não seja enviado, ou nos casos em que o nome já esteja cadastrado junto à SERASA para que seja retirado deste serviço de proteção ao crédito. No entanto, esse pagamento apenas mascara uma situação de inadimplência.

Não tendo o nome no SERASA os camponeses poderão fazer compras parceladas em mercado e redes de lojas, entretanto, a dívida do financiamento da terra permanece e no ano seguinte está ainda maior, tendo em vista que as instituições financeiras trabalham no sistema de *juros sobre juros*. Outro fator é que, estando inadimplentes com o Banco do Brasil, os camponeses ficam impedidos de solicitar outras linhas de créditos, como o Pronaf ou créditos para terminar a casa própria.

Portanto, no que tange ao pagamento do financiamento da terra, a sujeição ao capital financeiro inviabiliza ainda mais esse pagamento e deixa os camponeses de mãos atadas. O que se verifica é que essa aparente racionalidade do sistema financeiro se mostra completamente irracional. Como que o camponês, sem poder investir no aumento da produtividade para aumentar seus ganhos irá pagar a terra?

A atuação do Estado frente as relações de sujeição da renda camponesa da terra ao capital também é importante que seja analisada, tendo em vista que o Estado atua cada vez mais no sentido de garantir a livre reprodução do capital no campo, (BOMBARDI, 2004, p. 251). Segundo Paulino (2004, p. 13-14), na expansão do grande capital, o Estado atua como uma espécie de mediador da acumulação. Isso indica que o ônus da produção e da reprodução ampliada do capital continua recaindo sobre os

trabalhadores e sobre os camponeses, diretamente afetados pelo custo crescente para produzir e pela apropriação decrescente da renda da terra.

Na análise de Biase (2007, p. 51), a ação do Estado não é apenas permissiva à introdução e consolidação das relações capitalistas de produção, mas colabora com elas. A partir da aglutinação da força do capital e do poder estatal, os recursos oferecidos por ambos alcançam importância e conteúdos similares.

O respaldo dado pelo Estado ao capital para que este realize uma subordinação cada vez maior dos camponeses, promove a obrigatoriedade de extração de uma renda cada vez maior para atender aos desmandes das diversas formas de capital, requerendo uma produção cada vez mais diversificada. Mas, o que verificamos nos lotes não foi uma variedade grande de cultivos. Ao serem questionados sobre a falta de diversificação dos cultivos, os entrevistados revelaram que a orientação técnica que receberam foi que teriam de fazer a rotação de cultura e não a diversificação da produção. Esse fato revela que a orientação, de responsabilidade da EMATER, que inclusive possui um convênio para atender aos assentados do Banco da Terra, não ocorre de maneira correta e individualizada em cada um dos lotes.

Em campo, foi possível verificar claramente que os lotes que apresentam maior diversificação da produção possuem cerca de três cultivos apenas, fato complicado em se tratando de uma área altamente vulnerável à ocorrência de geadas no inverno e períodos secos e pouco chuvosos no verão.

Se logo após a formação dos assentamentos a diversificação da produção era muito pequena, o que trouxe grandes prejuízos para os camponeses, atualmente verifica-se que essa diversificação aumentou, mas não é a ideal. A diversificação da produção está relacionada não apenas a uma maior segurança econômica, mas também social e simbólica (SANTOS, 2005, p. 72-73).

Para Brandenburg (1999, p. 132),

A explicação da diversidade parece não estar relacionada a uma causa específica, mas associada a fatores diversos, resultantes de um processo da unidade produtiva que é operada pela família. Esse ajustamento, sob o ponto de vista ambiental ou ecológico, significa ainda, assegurar condições de reprodutibilidade social, à medida que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema.

Ao longo de nossa pesquisa, verificamos que as famílias diversificam mais a sua produção a cada ano, o que não visa simplesmente o econômico. Segundo Woortmann (1990, p. 70), ela está relacionada ao modo de vida do camponês, a sua lógica de reprodução social e cultural, a sua visão de mundo, que está pautada em valores morais, como, por exemplo, a reciprocidade.

Ainda, por meio da pesquisa de campo, foi possível verificar ainda a penetração do capital industrial nos assentamentos, como abordamos anteriormente. Essa penetração ocorre por meio da ação de várias empresas de diversos setores, como, por exemplo, a Cativa/Confepar, cooperativas de laticínios que “controlam” vários lotes, os quais possuem a pecuária leiteira como seu principal gerador de renda, nos assentamentos Renascer I e Esperança. Apontamos, ainda, a expansão da produção de eucaliptos no assentamento Esperança, numa clara tentativa da Klabin de monopolização do território.

A monopolização ocorre ainda por meio do chamado sistema de integração, conforme explica Paulino (2006, p. 25):

(...) o sistema de integração (...) é tomado como expressão da intervenção capitalista no sítio do camponês, já que são as empresas integradoras que definem os métodos e as regras da atividade desenvolvida pela família. Em outras palavras, os parâmetros para a condução da atividade são impostos pelas integradoras, gerando assim um foco permanente de conflito, pois essas estão sempre a pressionar os camponeses para se adequarem às suas metas de produtividade dentro de seus padrões de qualidade.

Verificamos, ainda, em campo, durante a realização das entrevistas, que outras empresas integradoras possuem grande interesse na adesão de famílias assentadas aos seus “moldes” de produção, como é o caso da empresa Souza Cruz, que está tentando implementar, nos assentamentos localizados nos municípios pesquisados, o cultivo de fumo. Apenas no assentamento Akolá, já são cinco lotes que irão cultivar o fumo no segundo semestre de 2010.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos entender o modelo de reforma agrária de mercado, bem como sua inserção nos municípios de Londrina e Tamarana que, por seus contextos histórico, político e social, se configuraram como um expressivo *locus* desse modelo no estado do Paraná. Procuramos retratar o modelo criado pelo Banco Mundial não apenas como uma ferramenta dita de “desenvolvimento” direcionada ao espaço agrário, mas como uma construção ideológica do neoliberalismo, criada no bojo das políticas de ajuste estrutural, que foi incorporada pelo Estado brasileiro no final da década de 1990 com o intuito de conter as tensões sociais existentes no campo. A adoção dessa política neoliberal também visou enquadrar a política agrícola brasileira nos princípios do livre mercado, contanto para isso com o Banco Mundial. No entanto, o discurso era de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social no campo.

Entendemos que a política chamada de “Novo Mundo Rural” trouxe uma série de equívocos. O primeiro deles é a utilização da noção de “agricultor familiar” que parte do pressuposto de que os camponeses não mais o são em virtude de sua maior inserção no mercado. No entanto, para entender o campesinato, e portanto sua existência ou não, é necessário entender seus processos sociais e as relações e valores morais estabelecidos por essa classe social. Apenas do ponto de vista econômico, pelo grau de inserção no mercado, não é possível entender o campesinato e a questão agrária. Portanto, defendemos que, para a elaboração das políticas públicas voltadas para o espaço agrário brasileiro, seja utilizada a noção de *camponês* e não a de “pequeno produtor” ou “agricultor familiar”. Estes dois conceitos – o primeiro forjado na década de 1970, de caráter operacional usado para denominar aqueles camponeses chamados de modernizados, e o segundo, criado no início da década de 1990, para se referir à inserção dos camponeses no mercado – estão fundados no fator econômico e despolitizam a questão agrária e não dão conta de explicar a grande questão relacionada ao espaço agrário no Brasil atualmente: os conflitos entre a territorialidade capitalista frente a territorialidade camponesa. Quando pensamos os processos sociais no campo, o conceito de camponês se mostra fundamental no sentido de compreender as relações sociais estabelecidas.

Outro problema, também relacionado à visão economicista, está relacionado à visão de eficiência dos assentamentos. Para o “Novo Mundo Rural”, a capacidade de acumulação e competição no mercado é sempre colocada no centro das preocupações.

Nesta perspectiva, essa política procura desqualificar o modelo de reforma agrária tradicional, afirmando, por várias vezes, seus altos custos e o resultado, do ponto de vista econômico, não sendo atingido, pois as famílias assentadas não se inseriam em mercados competitivos. Percebe-se, portanto, que o econômico está sobreposto ao social e a noção de desenvolvimento na realidade se restringe à viabilidade econômica.

A noção de mercado trazida pelo “Novo Mundo Rural” também é um problema a ser observado porque nos parece uma idealização. Ela não leva em consideração a diversidade entre pequenos, médios e grandes produtores, não cogitando a possibilidade de interferência da indústria na relação ou até determinação de preços, parecendo entender o mercado como algo neutro, não afetado por relações e interesses diversos (ALENTEJANO, 2000, p. 92). Também é possível apontar a não diferenciação entre camponeses sem terra e camponeses já proprietários, prova disso foi a extinção do PROCERA, crédito especificamente direcionada para atender projetos de reforma agrária, além da criação do Pronaf.

Por conseguinte, ao adotar o modelo de “reforma agrária” do Banco Mundial, o Estado brasileiro adere a um projeto global, maior que os seus interesses no momento da aliança com o órgão financeiro internacional. Além dos empréstimos para diversos programas, entre eles os de desenvolvimento rural, a adesão dessa política se concretiza como uma expansão ideológica do neoliberalismo que objetiva promover a expansão das relações capitalistas de produção no campo e o livre comércio nos países periféricos.

A penetração das relações capitalistas no espaço agrário brasileiro e seus efeitos nocivos não são recentes. No entanto, a fase atual dessa expansão, iniciada ainda na década de 1990 sob a égide do neoliberalismo, mostra-se ainda mais perversa. De acordo com Harvey (2009, p. 4), concepções neoliberais estão profundamente impregnadas em toda sociedade, sobretudo nas instituições financeiras internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial, mentor intelectual e financeiro do modelo de reforma agrária de mercado. Na análise de Harvey (2009, p. 3), o neoliberalismo é prejudicial até mesmo para o próprio capitalismo, pois “a frequência e a profundidade das crises financeiras aumentaram nos últimos 30 anos de dominação neoliberal, e isso não deixará de ser assim até que desmantilemos a versão neoliberal do capitalismo e, em última análise, o próprio capitalismo”.

Uma grave falha do neoliberalismo, entre as muitas que possui, está no papel do Estado nos momentos de crise. O pensamento neoliberal defende que nestes momentos

que o Estado deva “socorrer” prioritariamente as instituições financeiras, tendo em vista que, segundo essa linha de pensamento, toda melhoria social, econômica etc. passa obrigatoriamente pela concessão de crédito.

Em primeiro lugar, não é pela concessão de crédito pura e simplesmente que os problemas sociais são eliminados. Em segundo, além de deixar a população na dependência do capital financeiro, o sistema capitalista, sob a ótica neoliberal, gera constantes surtos especulativos, que por sua vez provocam as crises econômicas, como, por exemplo, a crise do mercado imobiliário norte americano em 2008.

Portanto, o Estado brasileiro, ao adotar os programas de reforma agrária de mercado, pautados na ótica neoliberal, atua mais uma vez no sentido de respaldar e garantir a reprodução ampliada do capital no espaço agrário e a subordinação dos camponeses às múltiplas faces do capital (comercial, industrial e financeiro).

O governo atual, chamado de popular ou de esquerda, além de manter o modelo de reforma agrária de mercado, promoveu sua expansão com a criação de outros programas, sendo que os criados no governo FHC (Cédula da Terra, Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural e Banco da Terra) sofreram pequenas modificações e tiveram seus nomes alterados, respectivamente para: Nossa Primeira Terra, Combate à Pobreza Rural e Consolidação da Agricultura Familiar. Dois novos programas, pautados no modelo de reforma agrária de mercado, também, foram criados com o objetivo de atender populações quilombolas (Terra Negra Brasil) e pessoas resgatadas de condições de trabalho escravo (Terra para a Liberdade).

Além disso, outros elementos evidenciam que, no trato da questão agrária brasileira, o atual governo está associado ao agronegócio. Prova disso foi a promulgação das Medida Provisória 422, de 2008, e 458, em 2009, que regulariza a grilagem de terras na Amazônia, por meio da legalização das posses de até 1.500 hectares, bem como a atual discussão do novo código florestal que anistia os devastadores de áreas que deveriam ter sido preservadas. Ao governar por meio de medidas provisórias⁴, defendendo interesses de latifundiários e grileiros, o governo atual coloca em dúvida seu discurso em defesa da democracia.

As tensões sociais no campo, protagonizadas por militantes do MST, foram fundamentais para reação do Estado (adoção da reforma agrária de mercado e

⁴ A Medida Provisória é um recurso jurídico, promulgada pelo presidente da república que possui força de lei, que não passa por discussão no poder legislativo antes de sua implantação. No direito, a Medida Provisória é entendida como um recurso a ser usado em momentos de extrema urgência e relevância. (GUERRA, s/d, p. 1).

elaboração de farto aparato jurídico condenando as ações do movimento). No entanto, o seu papel é de suma importância ao mostrar para a sociedade as leis não cumpridas e os problemas sociais que assolam o país.

Os movimentos sociais contestam a ordem pré-estabelecida, mostrando que os setores competentes são, na realidade, incompetentes. Os movimentos sociais mostram as agruras da vida cotidiana e a apropriação da riqueza, produzida por muitos, nas mãos de poucos.

No caso específico do MST, suas ações de ocupação significam uma tentativa de pressionar o Estado para a realização do cumprimento do Estatuto da Terra no sentido de realizar a reforma agrária. Segundo Oliveira (2001, p. 201), “a pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social”.

Todo o processo de adesão/implantação do modelo de reforma agrária de mercado é para a desmobilização do movimento e para a fragmentação da luta pela terra. Mas, contraditoriamente, criou uma nova modalidade de (re)criação do campesinato, protagonizada pelo mercado. No entanto, a racionalidade dos programas de reforma agrária de mercado ignora a diversidade do grupo de famílias e pressupõe uma situação de realidade comum para todos os camponeses. Além disso, aumenta a subordinação da renda camponesa da terra ao capital, impondo aos camponeses a lógica do capital, alterando assim a sociabilidade característica camponesa para práticas sociais individualistas, marcadas pelos conflitos no interior das práticas sociais nos assentamentos criados por meio de programas de desenvolvimento rural, pautados no modelo de reforma agrária de mercado.

Os assentamentos rurais estudados nesta pesquisa correspondem a uma fração do território no qual ainda predominam as relações não-capitalistas e uma lógica que não é a capitalista, predominante na sociedade.

Concluimos que os projetos de reforma agrária de mercado, mesmo tendo propiciado o acesso a terra, não garantiram às famílias assentadas condições de sustento e pagamento das dívidas, ou seja, maquia o problema da concentração de terras ao invés de solucioná-lo e fortalece os laços de subordinação dos camponeses ao capital. As famílias se vêem cada vez mais subordinadas à lógica capitalista, o que demonstra que os objetivos idealizados pelos criadores do modelo e previsto no documento “Novo Mundo Rural” não se concretizaram. Portanto, o modelo de reforma agrária de mercado

foi um discurso idealizado pelo Banco Mundial, “comprado” pelo governo brasileiro, e não um modelo de reforma agrária. No limite, trata-se de uma relação de compra e venda de terras intermediada pelo Estado, que se revelou completamente inviável.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no Rural Brasileiro? *Terra Livre*, São Paulo, nº 15, p. 87-112, 2000.

BIASE, Laura de. A Condição Feminina na Agricultura e a Viabilidade da Agroecologia. In: *Agrária*, nº 7, p. 33-65. São Paulo, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura Familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

CHAYANOV, Alexander Von. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUERRA, Carlos Eduardo. *Direito Constitucional: a medida provisória*. Disponível em: <http://www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_id=564> s/d. Acesso em: 20 ago. 2010.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo não Acabou*. 2009. Disponível em: <<http://pagina-um.blogspot.com>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde ... [et alii.]. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*. Brasília, 1999.

A reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana-PR

Sergio Aparecido Nabarro

NABARRO, Sérgio Aparecido; TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo (et al.). A Conquista da Terra e a Luta pela Sobrevivência. In: *Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

NABARRO, Sérgio Aparecido. *Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Pequena Produção Mercantil no Brasil. In: V Encontro Nacional de Geógrafos. *Anais do V Encontro Nacional dos Geógrafos*. Porto Alegre: AGB, 1982.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural*. Vol. 15, nº 43. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da Renda Camponesa da Terra no Contexto da Monopolização do Território pelo Capital. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, vol 1, nº 1, ano 1. Três Lagoas: AGB, 2004.

_____. *Por uma Geografia dos Camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006.

PONTE, Karina Furini. *Uma Análise Geográfica das Novas Ruralidades e do Controle Social nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, 2004. Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, Fábio Fraga. *Políticas Fundiárias e Desenvolvimento Local: o papel do Banco da Terra na reconstrução do rural*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba, 2005. Universidade Federal do Paraná.

WOORTMAN, Klass. Com Parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico nº 87*. Brasília. Ed. UNB, 1990, p. 11-73.